



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA



Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1331 | de 28/07 a 10/08/2014

➔ PLEBISCITO POPULAR

Reforma do sistema político em pauta

Durante a semana da pátria (01 a 07/09), mais de 400 organizações sindicais e populares de todo país realizam um plebiscito para saber se a população é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político brasileiro.

➔ PÁG. 3



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

➔ JURÍDICO

TST reconhece direito à diferença de RMNR no valor da periculosidade

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina, via assessoria jurídica, ingressou com ações em todas suas bases de representação para requerer o pagamento do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) no valor equivalente ao adicional de periculosidade (30%), a partir de 2007. Confira o andamento das ações em cada base:

Ações contra a Petrobras

Araucária (RT 1186-2011-654): Após julgamento desfavorável no TRT, em 14/05 a 4ª Turma do TST deu provimento ao recurso do sindicato julgando procedente a ação. Aguarda julgamento de recurso de embargos de declaração interpostos pelas partes. Ainda cabe recurso pela empresa ao próprio TST.

Paranaguá (RT 01529-2011-411): Em 29/05 o TRT deu provimento ao recurso do Sindipetro e julgou procedente a ação. Aguarda julgamento de recurso de embargos de declaração interpostos pelas partes. Ainda cabe recurso pela empresa ao TST.

São Mateus do Sul (RT 32643-2011-084-09-00-8): TRT manteve a sentença que julgou procedente a ação. Petrobrás recorreu ao TST, em Brasília. Aguarda julgamento. Paralelamente, o Sindicato deu início à execução provisória com o objetivo de agilizar a realização de cálculos individualizados. Os trabalhadores têm até o dia 30 de agosto para encaminhar ao Sindicato os documentos necessários à habilitação e cálculos (Termo de Habilitação Sindicato, Cópia da FRE e o holerite mais atualizado). Modelo de termo está disponíveis no site do Sindicato.

São Francisco do Sul e Região (RT 002885-53.2011.5.12.0030): TST deu provimento ao recurso do Sindipetro e condenou a Petrobrás ao pagamento do complemento de RMNR no valor equivalente ao adicional de periculosidade. Aguarda julgamento do recurso de Embargos da empresa no próprio TST.

Itajaí (RT 0002252-88.2011.5.12.0047): Ação julgada improcedente pelo TRT-SC. Aguarda julgamento do recurso do Sindipetro no TST. Expectativa é que o Tribunal Superior reverta a decisão regional por haver jurisprudência consolidada.

RMNR não substitui a periculosidade!



Observação: como há constituída jurisprudência no TST, a tendência é que todas as ações tenham sentenças favoráveis aos trabalhadores e que as execuções sejam mais rápidas que o usual.

Ações contra a Transpetro

Araucária (RT 1188-2011-594): O TRT manteve a sentença que julgou improcedente a ação. Aguarda julgamento do recurso do Sindipetro no TST.

Paranaguá (RT 01530-2011-022): O TST deu provimento ao recurso do Sindipetro para julgar procedente a ação. Aguarda julgamento do recurso de Embargos da Transpetro no próprio TST.

São Francisco do Sul e Região (RT 0002884-49.2011.5.12.0004): O TRT manteve a condenação da Transpetro. Aguarda julgamento do recurso da empresa no TST.

Itajaí (RT 0002253-05.2011.5.12.0005): O TRT julgou improcedente a ação. Todavia, o TST deu provimento ao recurso de revista do Sindipetro para julgar procedente a ação. Aguarda julgamento do recurso de Embargos da Transpetro no próprio TST.

Sindicato entra com novas ações do complemento da RMNR

Depois de um longo debate na Justiça do Trabalho, a Subseção Especializada em Dissídios Individuais do TST uniformizou o entendimento de que a Petrobras e Transpetro não podem deduzir os adicionais de periculosidade, HRA, adicional noturno e sobreaviso, no cálculo da RMNR. A discussão tem origem na análise na interpretação do ACT das empresas.

Dessa forma, além das ações anteriores que já tramitam na justiça e que discutem a dedução ilegal do adicional de periculosidade, novas ações coletivas foram ajuizadas pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina para cobrar o pagamento de diferenças decorrentes das deduções dos adicionais de hora de repouso e alimentação (HRA), adicional noturno e adicional de sobreaviso.

Aposentados começam a receber os níveis de 2004 a 2006

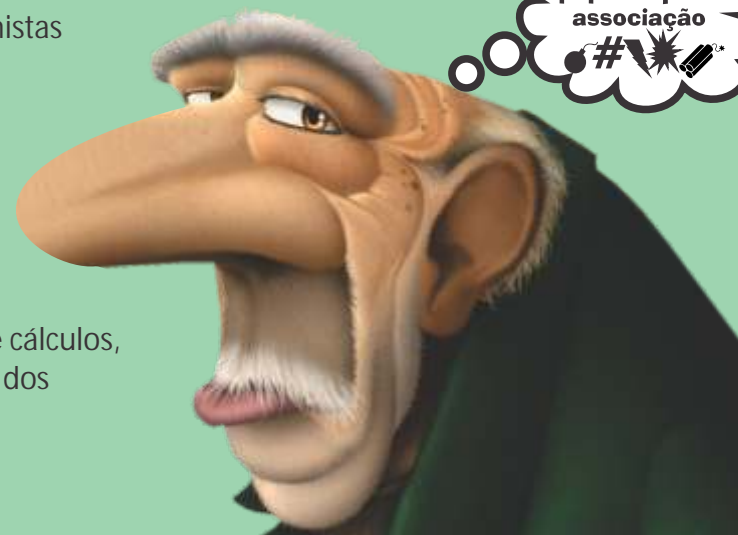
Em tempos de incertezas nas vias negociais em relação ao pagamento aos aposentados e pensionistas dos níveis de 2004, 2005 e 2006 recebidos pelos trabalhadores da ativa, já que a Petrobrás voltou atrás no compromisso de contemplar a todos, boas notícias chegam da assessoria jurídica do Sindicato.

Durante o mês de julho, aposentados e pensionistas de 15 grupos de ações coletivas já receberam os níveis. Cada grupo tem cerca de 10 beneficiados e o valor médio por requerente foi de R\$ 20 mil, com uma variação considerável, tendo em vista as diferenças salariais e de carreira dos contemplados.

Quem ainda não recebeu não têm motivos para preocupação. Outros 40 grupos estão em fase de cálculos, revisão de cálculos ou esperando apenas a liberação dos valores pelas Varas do Trabalho. A situação dos demais grupos é de aguardo do julgamento no TST. Cabe ressaltar foram formados 110 grupos pela assessoria jurídica do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e todos tiveram sentenças favoráveis aos trabalhadores.

E eu cai no papo daquela associação

#



➔ **PLEBISCITO POPULAR**

Organizações realizam plebiscito para pressionar os poderes públicos por mudanças no sistema político



A reforma do sistema político, necessária para avançar na conquista da democracia, da soberania e das necessidades de todos os setores, mais do que nunca está na ordem do dia. O Congresso Nacional não ouviu os gritos que vieram das ruas nas manifestações de junho do ano passado e tenta bloquear qualquer grande mudança no sistema político, pois está dominado por representantes dos grandes grupos econômicos que financiam as campanhas eleitorais.

Há pouco mais de um

ano, a presidente Dilma Rousseff propôs a abertura de uma Constituinte para realizar uma Reforma Política no país. A proposta foi negada por grupos do Congresso. Desde então, movimentos sociais e sindicais têm criado comitês em todo Brasil para pressionar pela realização da constituinte.

Se a maioria dos deputados e senadores recusa-se a alterar o sistema político que garante seus privilégios, as entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras, da cidade e do campo, da juventude, dos movimentos

democráticos e populares, decidiram organizar e realizar o Plebiscito Popular com a seguinte

questão: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”

Essa é a pergunta que o plebiscito popular conclama a todos e todas para responder. Desde 15 de novembro de 2013, quando foi lançada a

campanha, estão sendo realizadas plenárias nos estados, atividades de

formação, publicações e mobilizações para construir coletivamente um amplo debate, que terá como ponto de chegada a semana da

Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

pátria, de 01 a 07 de setembro de 2014, data da realização do plebiscito popular.

Já são mais de 400 grupos espalhados pelo país, que realizam ações junto às comunidades para conscientizar sobre a importância de mudar o sistema político nacional.

O resultado do plebiscito será levado a todas as autoridades e poderes da República. O objetivo fundamental é que os interesses da maioria explorada e oprimida, que constrói a riqueza da nação, sejam respeitados e estejam representados nas instituições políticas de nosso país.

Boas novas na ação dos níveis – RT 1478

Despacho da 1ª Vara do Trabalho de Araucária, publicado no dia 18 de julho, aceitou o pedido dos advogados do Sindipetro Paraná e Santa Catarina e autorizou o levantamento dos valores incontroversos na ação coletiva. A decisão beneficia cerca de 300 trabalhadores da Repar que já tinham cálculos no processo. Os valores incontroversos correspondem apenas a parte não impugnada pela Petrobrás, portanto, é menor do que o Sindicato entende como devido.

O levantamento da Guia de Retirada aguarda ainda a atualização da conta, a confecção das guias pela Vara e juntada de habilitações no Sindicato, trâmites que podem levar entre 30 e 60 dias. Os valores serão pagos ao Sindicato que, de imediato, fará o repasse individual para os trabalhadores beneficiados.

Lembramos que as diferenças da conta são objeto de impugnação da Petrobrás e do Sindicato em recurso de Agravo de Petição, cujo recurso se espera que seja julgado ainda este ano no TRT-PR. Neste mesmo recurso se discute a inclusão no processo dos trabalhadores das bases de Paranaguá e Santa Catarina.

Também estão pendentes cálculos do contador referentes a outros trabalhadores da Repar excluídos arbitrariamente pela empresa na primeira conta e, ainda, cálculos dos trabalhadores de São Mateus do Sul.

Esclarecimentos

O advogado do Sindicato, Dr. Sidnei Machado, fará duas reuniões no dia 06 de agosto (quarta-feira) com os petroleiros para prestar esclarecimentos sobre o andamento da ação dos níveis. Será na sede do Sindipetro Paraná e Santa Catarina (R. Lamenha Lins, 2064, Rebouças – Curitiba), às 10h00 e às 17h30.

Assuntos em pauta: cálculos incontroversos, não contemplados pela Petrobrás, implantação dos níveis e esclarecer dúvidas em geral.

Plenária da CUT define como fundamental a reeleição de Dilma

Os debates da 14ª Plenária Nacional da CUT, que foi realizado entre os dias 28/07 e 01/08, em Guarulhos (SP), apontaram como central a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, para ampliar e fortalecer as conquistas da classe trabalhadora. Na presença do ex-presidente Lula, que participou da abertura do evento, e da própria presidenta Dilma, que compareceu à Plenária no dia 31/07, os cerca de 700 delegados cutistas defenderam a reforma do sistema político, a implantação de conselhos populares, a regulamentação da mídia e o avanço das políticas públicas voltadas para a educação, saúde, transporte e segurança.

Com o tema “Organizar, Lutar e Avançar nas Conquistas”, a Plenária Nacional da CUT repercutiu a relação direta dos debates políticos com as eleições em curso e a agenda trabalhista, através do lançamento da Plataforma CUT da Classe Trabalhadora, com propostas que englobam temas históricos, como o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho. O fortalecimento da Petrobrás enquanto empresa pública e comprometida com o desenvolvimento nacional também integra o conjunto de propostas da CUT que foi apresentado pessoalmente à presidenta Dilma.

Além dos debates em torno da conjuntura política, nacional e internacional, a Plenária discutiu alterações estatutárias, estratégias de luta e ações para o próximo período. As delegações, incluindo os petroleiros da FUP e dos sindicatos do campo da CUT, realizaram um ato conjunto com os movimentos sociais em defesa do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e por uma mídia democrática.



